

ARMAS DE FOGO NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE SEUS VALORES E SIGNIFICADOS

Ruben Keinert,¹ Francisco Fonseca² Izidoro Blikstein³, Fabio Storino⁴, Hironobu Sano⁵ e Luciano Bueno⁶.

RESUMO: Este artigo analisa os principais resultados de uma pesquisa, realizada em 2005, selecionada, por meio de concurso público, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/Ministério da Justiça), sobre os valores e significados atribuídos às armas de fogo por seus proprietários. Trata-se da primeira pesquisa realizada somente com proprietários de armas de fogo, tendo sido enviados 6.000 questionários em sete estados brasileiros. A análise das respostas indica que a percepção da violência nas cidades leva à aquisição de armas de fogo, muito embora estes mesmos proprietários considerem residir em áreas pouco violentas em relação ao restante de sua cidade. A pesquisa aponta, ainda, a precariedade do banco de dados de registro dos proprietários, reforçando a importância do recadastramento para um melhor controle das armas em circulação.

PALAVRAS-CHAVE: Armas de fogo, Percepção, Valores, Significados, Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article analyzes the main results of research that was carried out in 2005, supported by a grant awarded by the National Secretariat of Public Safety (*Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp/Ministério da Justiça*) on the values and meanings attributed to firearms by those who possess them. This is the first piece of research carried out exclusively with firearms owners. Six thousand questionnaires were sent out to people in seven Brazilian states. Analysis of results indicates that perceived urban violence leads to acquisition of firearms, even though the same people who own firearms consider the areas they live in to be less violent than other parts of their cities. The research also reveals the precarious nature of the existing data base on registered firearms. It thereby reinforces the importance of re-registration, in order to provide better control over the firearms that are kept by private citizens today.

KEYWORDS: Firearms, Perception of Violence, Values, Meanings, Public Policy.

¹ Docente da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

² Docente da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

³ Docente da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

⁴ Doutorando da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

⁵ Doutorando da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

⁶ Doutorando da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
Endereço para correspondência: FSJ – Av 9 de Julho 2029 cep 01313-902 – Bela Vista .São Paulo

Introdução e Problematização

Os homicídios causados por armas de fogo, assim como os ferimentos originados pelas mesmas, atingiram índices muito elevados no Brasil, durante a década de 1990 (Peres, 2004). A constatação desses eventos, ao lado do conhecimento de experiências legais de contenção de seu uso em âmbito internacional (Bueno, 2004), levou à apresentação e aprovação da Lei 10.826/2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento, destinada a proibir o porte de armas de fogo por civis, exercer maior controle sobre o comércio de armas, impor critérios mais restritos de elegibilidade dos candidatos e estimular o desarmamento.

Paralelamente à tramitação do Projeto de Lei (que viria a ser a Lei 10.826/83) no Congresso Nacional, quando ainda não havia condições para prever sua aprovação, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão do Ministério da Justiça, lançou o Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal, em que constava, como um dos quesitos de interesse, uma chamada a “estudos exploratórios que visam a descrever e analisar **os valores e significados atribuídos às armas de fogo** por indivíduos que possuem os respectivos porte e registro legal”. Este projeto de pesquisa foi selecionado, tendo-se proposto (a equipe de professores e pós-graduandos da FGV/SP) a fazer “uma avaliação do impacto que a nova legislação terá sobre os proprietários de armas (...) fornecendo melhores subsídios para a formulação e execução de novas políticas de controle de armas”. Em outras palavras, o estudo objetivou avaliar o grau de aceitação ou recusa, por parte dos proprietários e portadores de armas, dos objetivos do Estatuto; visava-se, com isso, contribuir para uma maior disseminação de seus propósitos.

Como estratégia de pesquisa, foram enviados seis mil questionários a proprietários de armas em sete estados brasileiros (Espírito Santo, Mato Grosso, Pernambuco, Rondônia, Rio Grande do Sul, além de São Paulo e Rio de Janeiro). Dada a formação histórica de tipo arquipélago do Brasil, considerou-se oportuno levantar o ponto de vista das suas cinco regiões-ilha, entendendo-se que nelas se encontram distintos valores e atribuição de significados às armas de fogo pelos seus proprietários. Foram selecionados cinco estados localizados nas cinco regiões do País, além de São Paulo e Rio de Janeiro, por concentrarem as duas maiores regiões metropolitanas, e onde se observam graus elevados de eventos com armas de fogo e de proprietários das mesmas.

Os questionários destinaram-se a evidenciar as questões propostas no problema e na hipótese do projeto:

(...) como **problema**, objetiva-se verificar em que medida esta demanda é influenciada ou determinada pela elevação ou flutuação dos índices de violência. Para tanto, assume-se como **hipótese** a existência de uma correlação entre a posse e porte de armas e o nível subjetivo de violência local e regional percebido pelos proprietários e também uma correlação com os índices efetivos de violência regionais e nacionais (Projeto, 2004).

A hipótese, portanto, tinha como variável independente a percepção do aumento da violência local e como primeira variável dependente o aumento da procura pela aquisição de armas. Como segunda variável dependente (conseqüente da primeira), considerava-se a maior incidência de crimes cometidos por meio de armas de fogo em razão do aumento do estoque de armas.

Considerava-se também haver variáveis intervenientes, sendo a principal a influência da cultura regional (por meio dos valores e significados). Outra variável interveniente, cujos efeitos já estavam em curso quando da realização da pesquisa, era o controle de armas. Ainda que não pudesse ser considerada isoladamente, a queda de homicídios, ferimentos e acidentes causados por armas de fogo já havia sido captada pelas estatísticas após a sanção do Estatuto e da Campanha pelo Desarmamento (jornal *O Estado de S. Paulo*, 5/7/2005). O fato de que outras ações locais tivessem sido usadas para a diminuição dos crimes por armas de fogo era um elemento importante a se considerar para balizar a ênfase no controle estrito (jornal *Folha de S. Paulo*, 2/8/2005).

Outra variável considerada interveniente refere-se à segurança com que a arma é guardada, pois muitos acidentes ocorrem por ser usada por crianças e mesmo por terceiros: neste caso, em momentos de alta carga emocional e à revelia do seu proprietário ou mesmo contra ele. Além disso, o número de armas roubadas ou furtadas alimenta o crime.

A construção desse quadro analítico foi decorrência tanto das próprias sugestões contidas na ementa da linha de pesquisa contida no Edital de Concurso da Senasp quanto dos resultados de pesquisas e experiências referentes à contenção de crimes causados por armas de fogo. O questionário buscava evidenciar, por meio de um conjunto de questões estruturadas, de respostas por alternativas e de opinião, as posições dominantes nos estados escolhidos, tentando considerar como subvariáveis importantes quesitos como grau de urbanização da localidade de moradia, renda, idade e escolaridade dos pesquisados. Após essa caracterização, as questões substantivas

indagavam sobre as posições do pesquisado a respeito do controle de armas, da sua percepção da violência a que estava sujeito, das armas que possuía e da habilidade de manuseio.

Metodologia

Para capturar os “valores e significados atribuídos às armas de fogo por proprietários” foi elaborado um questionário composto por 37 perguntas (ver anexo), em sua maioria de múltipla escolha, com alguns campos para a justificativa da questão. A estruturação dos questionários foi desenvolvida em conjunto por todos os membros da equipe, que discutiram a redação das questões, seu ordenamento e separação em blocos. De posse da primeira versão, o questionário foi submetido à análise de um especialista, cujo parecer contribuiu para o formato final do texto e também da própria estrutura e organização das questões (*lay-out*). Por fim, realizou-se uma pesquisa piloto para os ajustes finais.

Selecionaram-se 6.000 nomes de proprietários civis a partir da base de dados do Sistema Nacional de Armas (Sinarm), mantido pela Polícia Federal. Como esta base era composta pela junção de diversos cadastros estaduais – antes da lei 9.437/1997, que criou o Sinarm, estes eram mantidos pelas Polícias Civis de cada estado –, alguns com registros ainda em papel e sem qualquer tipo de atualização (raros estados realizaram recadastramentos), optou-se pelos registros mais recentes, aqueles que entraram no sistema pós 1997, quando a Polícia Federal passou a conceder o registro, de forma a garantir minimamente que o endereço do proprietário se mantinha. Esta base de dados inicial continha pouco mais de 200.000 nomes, dos quais foram selecionados aleatoriamente 6.000 registros por meio de técnicas de seleção aleatória. Respeitou-se um número igual de registros para cada estado, com exceção apenas do estado de São Paulo, onde foi feita uma seleção com o dobro de registros, dividindo-se em 50% de proprietários com endereço declarado na capital e 50% do interior.

A escolha dos estados para os quais foram enviados os questionários obedeceu ao seguinte critério: um de cada divisão regional e os dois estados que contêm as duas maiores regiões metropolitanas. Assim, escolhemos Espírito Santo, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia e Rio de Janeiro e São Paulo.

O questionário foi então enviado no dia 5 de setembro, no formato Carta-Resposta, que permite que o respondente remeta de volta sua resposta sem custo de postagem. Além disso, não havia

nenhuma identificação do remetente na Carta-Resposta, de forma a garantir o anonimato dos respondentes, incentivando a franqueza das respostas.

Como a resposta não foi aleatória⁷, não foi possível garantir as condições que permitissem generalizar os resultados obtidos por esta pesquisa a todo o universo (proprietários legais de arma de fogo dos sete estados selecionados).

Ainda assim, acredita-se que muitas das características analisadas por este *survey* não devem diferir significativamente entre os respondentes e o universo dos proprietários (com exceção, talvez, daquelas mais opinativas), de maneira que boa parte das conclusões presentes nesta pesquisa pode, de fato, dizer respeito à população dos proprietários legais de armas de fogo.

Fundamentos do Quadro Analítico

Armas de fogo estiveram associadas historicamente à caça, às ações militares, às competições de tiro, aos colecionadores e eventualmente à violência interpessoal (em duelos, emboscadas, crimes passionais e outros episódios isolados). Até o final do século XIX, excetuadas as guerras, armas de fogo não causavam tanta preocupação.

No século XX, com a urbanização acelerada, entre outros fatores, armas de fogo estiveram associadas principalmente à violência em grande escala contra a pessoa, contra o patrimônio e por objetivos políticos, tornando-se objeto de grande preocupação. A *violência contra a pessoa* disseminou-se em assaltos a mão armada, em seqüestros, em crimes cometidos por motivos fúteis, em mortes seguidas de subtração de pequenos valores e em ferimentos e mortes por disparos acidentais, além dos suicídios. Nos Estados Unidos da América, há que considerar também os crimes cometidos em série por portadores de um distúrbio que parece específico daquele país: os chamados *serial killers*.

A *violência contra o patrimônio* acentuou-se com os assaltos a bancos, lojas e armazéns que requerem o uso de armas de fogo para render as equipes de segurança. Em larga medida, o roubo silencioso durante a madrugada foi substituído por ações armadas de grande impacto.

⁷ A pesquisa coincidiu com o período de campanha pelo referendo que decidiria sobre a proibição do comércio de armas e munição no Brasil, realizado no dia 23 de outubro de 2005. Os respondentes, em relação ao universo dos proprietários, podem ser justamente aqueles com opinião mais contundente sobre os temas em questão e que quiseram verbalizar essa opinião – portanto, não necessariamente representativos da opinião “média” dos proprietários legais de armas do País.

Outras modalidades criminosas contra o patrimônio, exercidas com o uso intensivo de armas de fogo, que aumentaram de modo considerável durante o século, foram os assaltos aos transportadores de valores e aos transportadores de cargas. Nesse caso, a rigor, apenas mudaram os meios de transporte e a frequência dos eventos, pois o que nas últimas décadas teve como alvo os caminhões, voltava-se antes a trens pagadores e cargueiros.

A *violência por motivos políticos* – e ideológicos – reveste-se, em última instância, de características militares, pois se trata de violência contra os poderes instituídos e suas forças armadas. Mas é também vinculado a mortes contra pessoas determinadas (líderes políticos, juízes, jornalistas e outros), à apropriação de recursos para financiamento das ações de militantes, a atos terroristas e assemelhados, o que contribui para o aumento das estatísticas e do sentimento de insegurança geral. O mesmo se dá em relação aos chamados “esquadrões da morte”, muito conhecidos no Brasil. Note-se que esse tipo de violência era até recentemente notabilizado em algumas regiões do planeta, como o Oriente Médio, a Irlanda e regiões da Ásia, tendo em vista diferenças étnicas e religiosas, embora estivesse presente na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, em virtude da ascensão dos regimes militares, e no redesenho da antiga Iugoslávia, na década de 1990; está, contudo, potencialmente presente em todos os países, dado o alastramento internacional das ações de grupos terroristas.

Já o crime organizado assume características assemelhadas às dos movimentos políticos e terroristas, em várias circunstâncias, contribuindo para o aumento das estatísticas de mortes por armas de fogo e para a banalização da violência e do crime. A semelhança das ações tem também base no fato de que o crime organizado, de alguma forma, disputa com os poderes constituídos o controle social.

Não se pode deixar de considerar, ainda, a violência causada pelas disputas entre quadrilhas de criminosos, as quais podem assumir formas extremas, como chacinas de adversários e “justiçamentos” dos próprios membros suspeitos de traição ou de falharem em ações que tenham permitido vantagens ao grupo concorrente ou à polícia.

Esse aumento exponencial da violência tem origens diversas. Elas têm sido exploradas abundantemente na bibliografia pertinente, e dizem respeito a desigualdades sócio-econômicas, discriminação étnica e religiosa, questões políticas e busca de afirmação econômica. Essas são as causas mediatas, estruturais. Tem sido observado, entretanto, que uma causa imediata é também responsável pelo aumento de violência, especialmente homicídios e ferimentos graves,

permitindo a seguinte conclusão: *o estoque de armas de fogo nas mãos da população induz ao aumento da violência e da criminalidade.*

Bellesiles (1999), por exemplo, mostra como as mortes por armas de fogo nos Estados Unidos da América crescem após o aumento do estoque de armas ocorrido pela sua fabricação em escala industrial, iniciada em 1830 (até então a fabricação era artesanal) e da sua aceitação generalizada após a Guerra Civil. Weil e Hemenway (1999) demonstram que a guarda de armas em casa aparece como facilitadora para a ocorrência de ferimentos e mortes que não teriam ocorrido se não houvesse a disponibilidade do artefato. Aceito esse pressuposto, surge a pergunta inevitável sobre as causas do aumento do estoque de armas de fogo. Por que os indivíduos se armam?

Pelo gosto da caça, pela necessidade eventual de autodefesa, pela defesa do patrimônio, porque são membros de milícias (no passado), pelo gosto de competir e por outras causas pontuais. Cada uma dessas causas destaca-se conforme situações históricas específicas em sociedades e comunidades diferentes. **A percepção de aumento da violência**, no entanto, age como um catalisador de causas; por isso está sendo considerada como variável independente neste artigo. A percepção da violência ativa a necessidade de autodefesa, de defesa do patrimônio e a disposição para participar de grupos de segurança ou de ataque (o equivalente das milícias), contribuindo para o incremento da disposição de se armar. Essa constatação decorre da própria argumentação dos que são contrários às restrições da propriedade e porte de armas. Estes alegam que a proibição da propriedade de armas pelos cidadãos aumenta a criminalidade, pois os assaltantes sabem que suas vítimas estão desarmadas e que eles não correm riscos (Lott Jr., 1999a e 1999b; Thompson, 1999; Chapman, 1999), argumento, aliás, utilizado pelos defensores do “não” no plebiscito brasileiro de 2005. Ressaltam, desse modo, a necessidade de autodefesa e de defesa do patrimônio. A formação de equipes particulares de segurança ou mesmo para a proteção da comunidade, dada a descrença na ação policial, também reforça a argumentação dos que defendem a liberdade de posse e uso de armas.

Valores e Significados

O debate a respeito da propriedade de armas de fogo – em razão do referendo sobre armas e munições, ocorrido em 2005 – é oportuno por colocar em destaque as posições de princípio, ou seja, valores e significados em disputa. Para além (ou aquém) das demonstrações estatísticas, trata-se de apreciações valorativas da questão. Entre a disposição de se armar e a decisão de compra do artefato colocam-se valores e significados atribuídos à posse de armas, individuais ou

compartilhados pela comunidade, em que a percepção de aumento da violência – independentemente se verdadeira ou falsa – esteja acontecendo. Reiss e Roth (1993) não vêem uma relação direta entre a presença de armas de fogo e violência, colocando maior ênfase nas diferenças entre as várias nações, estados e comunidades, que oferecem distintas tradições locais em relação a armas de fogo. Há interferências na decisão de comprar armas advindas da cultura: aprovação e desaprovação sociais, tradições históricas e formas de institucionalização, entre outros aspectos, são variáveis relevantes.

Bellesiles fez um instigante estudo sobre a posse de armas nos séculos dezoito e dezenove nos Estados Unidos. Mostrou que, contrariamente ao que se propaga, a “cultura das armas” – o elevado apego do cidadão estadunidense médio pela posse de armas – não se deve à expansão da fronteira para o Oeste, aos hábitos de caça ou ao fato de que a defesa das antigas colônias, depois estados-membros da Federação, era feita sob a forma de milícias, ou seja, da convocação dos cidadãos para cerrarem fileiras contra possíveis invasores. Segundo ele, a fabricação industrial das armas de fogo e o apoio do governo para sua aquisição teriam contribuído decisivamente para a disseminação de seu uso. Até esta época, apenas aproximadamente dez por cento da população disporia de armas (até essa época, a forma preferida de matar, baseando-se em casos históricos, seria o uso de facas ou instrumentos perfurantes). Hoje, um pouco mais de cinquenta por cento da população dispõe de armas de fogo. E o estoque existente permite dotar, com sobras, cada habitante com uma arma, independentemente de idade ou sexo (Bellesiles, 1999).

As conclusões de Bellesiles são interessantes por ressaltarem o aumento da capacidade de produção de armas de fogo e, portanto, a necessidade do seu escoamento, por um lado, e a intervenção governamental promovendo a compra de armas, por outro lado, como os fatores que levaram à valorização de sua posse. De acordo com o autor, a escassa disponibilidade de armas pelos civis integrantes das milícias dos estados, a morosidade de sua fabricação ou de sua importação da Europa e as constantes demandas por armas que eram feitas pelas Assembléias estaduais junto ao governo da União levaram o governo federal a estimular a industrialização do setor. Foi quando as empresas Colt, Sharps, Smith & Wesson, Remington e Winchester, apenas para citar as mais conhecidas, estabeleceram-se e passaram a divulgar seus produtos a partir de 1829. A caça como uma atividade aristocrática, digna de um cavalheiro, foi a imagem criada e disseminada pelas revistas esportivas que começavam a circular.

Entretanto, ainda segundo o mesmo autor, a procura por armas não aumentou imediatamente. Foi a Guerra Civil nos EUA que:

[...] acelerou a vagarosa mudança cultural que tinha sido iniciada com o aumento de produção de armas nos anos 40. Na altura de 1865, constatava-se que a maioria dos americanos acreditava que a habilidade em usar uma arma tornava cada indivíduo um homem melhor e cada patriota mais capaz de defender a liberdade da Nação e seguramente demonstravam determinação em agir conforme essa premissa (Bellesiles, 1999, p.36).

De fato, os crimes cometidos com armas de fogo apresentam taxas muito elevadas naquele país. Miller e Hamenway (2002), no entanto, ressaltam que os estados mostram comportamentos diferenciados nas suas taxas. Reiss e Roth (1993) atribuem à legislação mais ou menos permissiva sobre as armas de fogo as maiores ou menores taxas de homicídios, respectivamente. Fagan (1999) oferece uma explicação mais complexa e abrangente sobre o mesmo fenômeno. Segundo ele, o crescimento do comércio ilícito de drogas e a forte discriminação racial (aí incluídas as grandes diferenças sócio-econômicas) seriam elementos decisivos para o aumento da compra de armas e esse aumento se daria por contágio social, valendo-se de um termo da medicina. A interação entre os indivíduos, a tendência à imitação nos jovens, em busca de afirmação, e nos adultos, em busca de segurança, num ambiente caracterizado por ressentimentos e conflitos, seria o quadro de influências e determinações que levaria ao desejo de obter armas.

Muito embora outros elementos possam ser relacionados para uma ampla perspectiva de análise, o cenário composto por Fagan (1999) oferece uma promissora linha de investigação quando se trata de pôr em evidência a influência dos valores e dos significados atribuídos à posse de armas para o impulso de adquiri-las e mantê-las. O autor salienta três processos de contágio, que incluem medo (uso da arma para autodefesa), comportamento (uso de arma de fogo relacionado ao seu valor instrumental ou simbólico) e identidades violentas (uso da arma por estratégia ou para a composição de identidade).

Nisbett e Cohen (1999), ao estudarem o sul dos Estados Unidos oferecem um exemplo de região em que o “contágio” se dá por um fator muito importante, a “cultura da honra”, num contexto caracterizado pelo calor excessivo, por relações escravocratas, pela pobreza e pela economia baseada na criação de gado. “Culturas de honra têm sido inventadas independentemente por várias sociedades no mundo. Estas culturas variam em muitos aspectos, mas têm um elemento comum: o indivíduo é preparado para proteger sua reputação – para mostrar retidão de caráter ou

poder ou ambos – apelando para a violência” (Nisbett e Cohen, 1999, p.267). Courtwright (1999, p.87) confirma essa visão geral sobre o sul e a particulariza para o segmento dos chamados *cowboys*: “jovens, do sexo masculino, solteiros, itinerantes, não-religiosos, quase sempre nascidos no Sul e que viviam, trabalhavam e se divertiam em companhia masculina [...] eram veteranos combatentes e quase todos carregavam armas de fogo [...] membros de uma sub-cultura violenta e de má reputação que tinha suas próprias regras de comportamento apropriado”.

Entretanto, como ainda coloca o autor, “a imagem do *cowboy* no século XX, a mais evocativa das figuras míticas da América, é a de um herói, um cavaleiro errante com um cavalo e uma arma. A arma e a sua habilidade no seu manejo fazem do *cowboy* um antagonista fatal, mas somente contra ladrões de gado, bandidos e renegados. Em narrativas esquemáticas, o *cowboy* herói podia matar mais gente do que todos os fora-da-lei combinados, mas suas mortes eram justificadas e, de acordo com seu julgamento, corretas” (idem, p.86). O poder dessa imagem e sua grande disseminação no cinema e na televisão, além de sua mitificação no século XIX, é exemplar para se pensar a respeito de como os valores da liberdade individual exercida no seu limite máximo, fortemente arraigados naquela cultura nacional, podem levar a uma situação social próxima ao que foi conceituado por Thomas Hobbes como “sociedade natural”. Nessa sociedade, os homens colocariam sua razão a serviço das suas paixões e apetites biológicos, sem respeito aos seus semelhantes. A exacerbação da insegurança e da violência requereria um grande pacto, um contrato social, pelo qual todos cederiam parte dos seus poderes individuais – o uso da força – a um poder superior que garantiria a imposição de regras e sua obediência. A demanda de várias organizações por alguma forma de controle de armas significaria a proposição de um “contrato social”.

O caso norte-americano, de todo modo, é bastante elucidativo para se constatar como valores e significados contribuem para formar a rede de contágio a que se refere Fagan (1999). E as diferenças entre os estados norte-americanos, especialmente entre os do Sul e os do Norte, “colonizado por fazendeiros – puritanos, quacres, holandeses e alemães [...] que enfatizaram a educação e rapidamente construíram uma civilização que incluiu artesãos, comerciantes, homens de negócio e profissionais de todos os tipos” (Nisbett e Cohen, 1999, p.270), permitem perceber que o “contágio” pode processar-se em sentido inverso, ou seja, de recusa do uso da violência para dirimir conflitos interpessoais.

Assim, tendo em vista a pesquisa, cujos resultados são expressos neste artigo, considerou-se que valores e significados sociais podem ter influência na diferenciação das taxas de violência e de mortes por armas de fogo em distintas regiões, estados e localidades. Dados os modos históricos analisados na relação indivíduo-arma de fogo, estabeleceu-se inicialmente a seguinte gradação de valores:

- Liberdade individual de escolha (presente no direito de se armar);
- Direito de autodefesa (presente na reação à violência existente);
- Direitos coletivos à vida (presente na argumentação dos que realçam as mortes e acidentes por arma de fogo, intencionais ou não);
- Pacifismo (presente na promoção do diálogo e do entendimento como forma de solução de conflitos).

Por valores foram entendidos os padrões de orientação para a ação que as sociedades consideram que fazem parte do que compreendem como *bom* modo de viver. Por significados foram considerados os modos particulares de entendimento pelas coletividades do que é um bom modo de viver na sociedade que dela fazem parte (grupos característicos). Entre estes, foram destacados os seguintes:

- Masculinidade;
- Desejo de parecer heróico ou defensor dos desarmados;
- Identificação ou imitação.

Principais Resultados da Pesquisa

A taxa de resposta

A **Tabela 1** faz um resumo dos questionários enviados por estado, dos questionários retornados respondidos, aqueles devolvidos por algum problema (ex.: destinatário mudou-se, faleceu etc.) e aqueles não retornados até a data de fechamento da pesquisa (1º de dezembro de 2005).

Obtivemos um total de 655 questionários respondidos, o que representou uma taxa bruta de 10,9% de resposta. Contudo, considerando que 1.067 questionários não alcançaram seus destinatários devido a erros cadastrais de endereço no banco de dados do Sinarm (Sistema

Nacional de Armas), tivemos um envio real de 4.933 questionários e, portanto, uma taxa de retorno de 13,2%, muito acima da média para este tipo de pesquisa.

A qualidade do banco de dados da Senasp

O número de devoluções de todos os estados (Tabela 1), em praticamente todos os casos superando o número de questionários respondidos (com exceção do Espírito Santo), é bastante alto, e aponta para uma péssima qualidade no cadastro de proprietários que o Sinarm dispõe hoje – no endereço de e-mail para contato disponibilizado pelos pesquisadores havia algumas mensagens de parentes de proprietários cadastrados no Sinarm que acusavam seu falecimento há vários anos, alguns há quase duas décadas. A lei 10.826/2003 estabelece a obrigatoriedade do recadastramento de todos os proprietários de três em três anos. Até lá, a informação da qual o governo dispõe hoje é bastante frágil e incapaz de servir de subsídio para uma boa política de controle de armas.

Tabela 1: Q.1. Em qual estado você mora?

Estado	Enviados	Respondidos		Devolvidos (erro)		Não retorno		TOTAL
	#	#	%	#	%	#	%	
ES	750	141	18,8%	113	15,1%	496	66,1%	100%
MT	750	52	6,9%	182	24,3%	516	68,8%	100%
PE	750	49	6,5%	147	19,6%	554	73,9%	100%
RJ	750	53	7,1%	68	9,1%	629	83,9%	100%
RO	750	71	9,5%	190	25,3%	489	65,2%	100%
RS	746	69	9,2%	165	22,1%	512	68,6%	100%
SP	1.500	220	14,7%	253	16,9%	1.027	68,5%	100%
TOTAL	5.996	655	10,9%	1.118	18,6%	4.223	70,4%	TOTAL

Informações Pessoais

Os respondentes são, em quase 85%, moradores de áreas urbanas (**Tabela 2**). Se levarmos em conta que o proprietário tende a ser uma pessoa preocupada com o tema, a alta porcentagem de respostas de moradores urbanos parece refletir o fato de a violência ter “migrado” do campo para a cidade ao longo do século XX. Interfere, nesse dado, sem dúvida, o fato de que há um maior hábito nos meios urbanos de se responder a questionários e consultas de opinião pública. De todo modo, a porcentagem é muito alta, o que indica que a maior exposição à violência passou a ser cidadina.

Tabela 2: Q.3. Zona

Zona	ES	MT	PE	RJ	RO	RS	SP	TOTAL
Urbana	83,1%	77,4%	81,6%	94,2%	80,3%	76,8%	90,4%	84,9%
Rural	14,1%	13,2%	6,1%	1,9%	15,5%	18,8%	5,5%	10,2%
NR	2,8%	9,4%	12,2%	3,8%	4,2%	4,3%	4,1%	4,9%
Total geral	100%							

O número de pessoas na residência, por sua vez, indica que o respondente é uma pessoa responsável por uma família padrão, constituída por um casal e dois filhos (Tabela 3). Variações de duas até cinco pessoas devem corresponder a não ter filhos morando em casa ou ter um número de filhos maior ou menor do que dois.

Tabela 3: Q.4. Quantas pessoas há em sua residência (incluindo você)?

Pessoas na residência	#	%
Uma	32	4,9%
Duas	118	18,0%
Três	141	21,5%
Quatro	192	29,3%
Cinco	84	12,8%
Seis	44	6,7%
Sete	9	1,4%
Oito	9	1,4%
Nove	3	0,5%
Dez ou mais	1	0,2%
NR	22	3,4%
TOTAL	655	100%

A idade apresentou uma distribuição uniforme entre os vários cortes estabelecidos, entre 26 e 60 anos (Tabela 4). Isso aponta para uma constatação interessante: embora a probabilidade de ser vítima da criminalidade seja, como é praxe no Brasil, vinculadas a variáveis sociais – renda, propriedade, acesso a serviços públicos etc –, a faixa de idade dos 18 aos 25 anos concentra a maior parte das vítimas da criminalidade, e vai decrescendo conforme aumenta a idade; assim, o “medo” de ser vítima da criminalidade é altamente democrático, atingindo as diversas faixas etárias.

Tabela 4: Q.5. Idade (em anos)

Idade	#	%	Idade	#	%
16 a 20	2	0,3%	56 a 60	71	10,8%
21 a 25	13	2,0%	61 a 65	46	7,0%
26 a 30	66	10,1%	66 a 70	41	6,3%
31 a 35	67	10,2%	71 a 75	20	3,1%
36 a 40	72	11,0%	76 a 80	14	2,1%
41 a 45	77	11,8%	81 a 85	6	0,9%
46 a 50	65	9,9%	86 ou mais	3	0,5%
51 a 55	68	10,4%	NR	24	3,7%
(continua...)			TOTAL	655	100%

E, como se esperava, os respondentes são, em sua imensa maioria, do sexo masculino (Tabela 5). Este dado reforça uma imagem, já existente no imaginário popular, da arma como um objeto tipicamente masculino, reforçando a idéia da força, da potência, da virilidade etc. No caso das mulheres, 20% das respondentes que possuem armas de fogo indicaram a profissão – ofícios ligados à segurança pública ou à operação da Justiça –, o que aponta para um uso da arma associado, portanto, à condição profissional.

Tabela 5: Q.6. Sexo

Sexo	#	%
Masculino	597	91,1%
Feminino	33	5,0%
NR	25	3,8%
TOTAL	655	100%

Pode-se notar, também, que há uma alta incidência de respondentes de cor branca (79,1%), de nível de renda acima da média nacional (68,8% ganham acima de cinco salários mínimos), de escolaridade média e superior (63,1%) e de profissionais liberais (18%), trabalhadores da indústria e do comércio (10,7%), aposentados (10,4%) e comerciantes (9,5%). O que confirma que os proprietários de armas com registro legal são, sobretudo, indivíduos com posses (“cidadãos de bens”) e possibilidade de compreender os riscos a que se submetem possuindo e eventualmente portando armas.

A percepção da violência

As respostas indicam que se confirma nossa hipótese de que a percepção da violência levaria à aquisição de armas de fogo. Os proprietários de armas de fogo avaliam sua cidade e as áreas por onde circulam majoritariamente como mais ou menos violentas. Somadas as alternativas “muito violenta”, “mais ou menos violenta” e “pouco violenta” tem-se resultados de quase 85% para a questão 16 (Tabela 6) e de mais de 70% para a questão 18 (Tabela 7).

Tabela 6: Q.16. Como você avalia sua cidade?

Respostas	Nº de respondentes	Porcentagem
Muito violenta	170	26,0%
Mais ou menos violenta	238	36,3%
Pouco violenta	148	22,6%
Não é violenta	93	14,2%
Não responderam	6	0,9%
TOTAL	655	100%

Tabela 7: Q.18. Como você avalia a(s) área(s) onde circula?

Respostas	Nº de respondentes	Porcentagem
Muito violenta	89	13,6%
Mais ou menos violenta	217	33,1%
Pouco violenta	167	25,5%
Não é violenta	147	22,4%
Não responderam	35	5,3%
TOTAL	655	100%

Embora a área de residência tenha sido avaliada majoritariamente como de baixa ou nenhuma violência (questão 17), pode-se inferir que a percepção da violência na cidade como um todo se superpõe à percepção da baixa violência nas áreas de residência; muito provavelmente isso decorre de que essas áreas residenciais estejam localizadas em bairros de classe média e alta (Tabela 8).

Tabela 8: Q.17. Como você avalia a vizinhança de sua residência?

Respostas	Nº de respondentes	Porcentagem
Muito violenta	30	4.6%
Mais ou menos violenta	99	15.1%
Pouco violenta	164	25.0%
Não é violenta	335	51.1%
Não responderam	27	4.1%
TOTAL	655	100%

Seria essa a explicação para o gradativo e constante aumento de aquisição de armas, tal como aparece na Tabela 9. Ali se pode notar que cerca de 65% das armas de fogo possuídas pela população respondente foram adquiridas depois de 1986, com uma concentração de 27,3% no intervalo entre 2001 e 2005. Como aludido, pode haver nesse último período a interferência do próprio Estatuto do Desarmamento, que tornou mais difícil a aquisição de armas e previa o Referendo, realizado em 23 de outubro de 2005. Havia o temor de que a comercialização de armas de fogo e munição viesse a ser proibida.

Tabela 9: Q.21. Ano (aproximado) em que você comprou sua(s) arma(s)

Período	Intervalo (anos)	#	%
1900-1920	20	3	0,3%
1921-1940	20	9	0,8%
1941-1960	20	30	2,7%
1961-1970	10	51	4,7%
1971-1980	10	100	9,2%
1981-1985	10	100	9,2%
1986-1990	5	142	13,0%
1991-1995	5	135	12,4%
1996-2000	5	134	12,3%
2001-2005	5	298	27,3%
NR	–	89	8,2%
TOTAL		1.091	100%

Apesar dessa “corrida” ao armamento e de que em alguns estados os proprietários costumem portar armas (com ou sem porte legal) com alguma frequência (Tabela 10), os proprietários procuram adestrar-se no manejo da arma (Tabela 11) e procuram armazená-la com cuidado

(Tabela 12), havendo variações estaduais, conforme se observa, embora não seja possível averiguar a veracidade dessas informações.

Tabela 10: Q.24. Com que frequência você leva sua arma ao sair de casa?

Frequência	#	%
Levo	231	35,3%
Uma vez por semana	51	7,8%
Uma vez por mês	57	8,7%
Uma vez por ano	33	5,1%
Todos os dias	90	13,7%
Não levo	407	62,1%
NR	17	2,6%
TOTAL	655	100%

Tabela 11: Q.26 Por que razão você se associou ao clube de tiro?

Razão	#	%
Tiro ao alvo	86	39,3%
Treinamento	76	34,7%
Tiro competitivo	40	18,3%
Outro	17	7,8%
NR	0	—
TOTAL	219	100%

Pode-se notar que houve um aumento a filiações aos clubes de tiro em paralelo à busca de armamento. Não se pode deixar de levar em conta que se filiar a um clube de tiro foi uma brecha deixada pelo Estatuto do Desarmamento à aquisição de armas.

As finalidades atribuídas às armas confirmam a necessidade de segurança pessoal e profissional para a sua obtenção. Explica também a preferência pelas armas de cano curto, que são mais fáceis de utilização e porte no meio urbano. É interessante observar esse comportamento tendo em vista a avaliação em que predomina o quesito *razoável* para a polícia (Tabela 12).

Tabela 12: Q.36a. Sobre a Polícia de sua cidade, avalie o quanto ela é:

	Bastante	Razoável	Pouco	Nada	Total
Tipo	%	%	%	%	%
Acessível	17,0%	46,5%	28,7%	7,8%	100%
Ágil	11,7%	34,7%	38,1%	15,5%	100%
Honesta	17,6%	42,0%	27,2%	13,3%	100%
Numerosa	7,6%	29,8%	49,3%	13,2%	100%

Para todos os atributos referentes à polícia: “acessível”, “ágil”, “honesta”, “numerosa”, a maior concentração de respostas é na faixa central, ou seja, foram julgados como “razoável” ou “pouco”. O qualificativo “bastante” foi aplicado a cada atributo, variando de entre 7,6% e 17%, o que significa que pequena parcela dos respondentes valoriza bastante as forças policiais. No outro extremo está o “nada”, variando entre 7,8% e 15,5%, o que representa os que desqualificam a atuação das forças policiais. Entretanto, somando-se as parcelas de “razoável” e “bastante”, percebe-se que a maior parte dos respondentes tem um bom apreço pelo desempenho policial e que, portanto, o Estado não estaria, para os mesmos, tão ausente. Esses dados enfraquecem o argumento de que uma das principais razões para os civis se armarem seria, ao menos para os que responderam, a falta de segurança oferecida pela polícia.

Mas, de fato, embora mais da metade da amostra declare não ter sido vítima – incluindo seus familiares – de violência no último ano, observa-se que quase 43% sofreu roubo ou furto sem violência, assalto ou outro tipo de crime (Tabela 13).

Tabela 13: Q.19. Você ou algum outro residente de sua casa foi vítima de criminalidade nos últimos 12 meses?

Respostas	Nº de respondentes	Porcentagem
Não	365	55,7%
Sim, roubo/furto ou outro sem violência	93	14,2%
Sim, assalto ou outro com violência	170	26,0%
Sim, outro tipo de crime	18	2,7%
Não responderam	9	1,4%
TOTAL	655	100%

Por outro lado, mais da metade dos proprietários de armas não sofreu nenhum tipo de violência no espaço de um ano, o que pode significar que a violência não seja tão freqüente como comumente se imagina, embora este assunto tenha grande ascendência na mídia e no imaginário das pessoas.

Possivelmente, a percepção da violência explica em parte a relutância em se desfazer das armas mesmo em caso de mudança para locais menos violentos (Tabela 14).

Tabela 14: Q.35. Caso você se mudasse para um local menos violento, você abriria mão da propriedade de sua arma? – Por Estado

ESTADO	Não		Sim		NR		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%
ES	114	80,3%	18	12,7%	10	7,0%	142	100%
MT	47	88,7%	5	9,4%	1	1,9%	53	100%
PE	32	65,3%	15	30,6%	2	4,1%	49	100%
RJ	47	90,4%	3	5,8%	2	3,8%	52	100%
RO	62	87,3%	6	8,5%	3	4,2%	71	100%
RS	65	94,2%	3	4,3%	1	1,4%	69	100%
SP	173	79,0%	36	16,4%	10	4,6%	219	100%
TOTAL	540	82,4%	86	13,1%	29	4,4%	655	100%

O mesmo ocorre no que tange às opiniões contrárias à proibição da venda e da comercialização de armas de fogo e munições (Tabela 15). A alta percentagem de respondentes que disseram “não” na pesquisa espelha o resultado do referendo. Obviamente, o viés a maior é devido à pergunta ter sido endereçada a proprietários de armas que, tendo exercido o direito de adquiri-las, defendem sua manutenção.

Tabela 15: Q.13. Você é favor da proibição do comércio de armas?

Respostas	Nº de respondentes	Percentagem
Não	536	81.8%
Não sei / não opino	15	2.3%
Sim	70	10.7%
Não responderam	34	5.2%
TOTAL	655	100%

De todo modo, houve uma maioria considerável que se mostrou favorável a que haja algum controle ou mesmo um controle rígido sobre armas pelo Governo (Tabela 16). O fato de 31,8% ser a favor de rígidos controles, e pelo perfil das respostas dos que justificaram, podemos inferir que os respondentes avaliam que os atuais controles já são bastante rígidos.

Tabela 16: Q.11. O Governo deve controlar o porte e/ou a propriedade de armas de fogo?

Resposta	Nº de respondentes	Porcentagem
Não, o Governo não deveria interferir neste assunto	47	7,2%
Não sei / não opino	8	1,2%
Sim, deve ter algum tipo de controle	385	58,8%
Sim, deve ter um rígido controle	208	31,8%
Não responderam	7	1,1%
Total	655	100%

Considerações Finais

Como dissemos no início deste artigo, a análise dos dados é preliminar tendo em vista o que pudemos coletar. Muito embora a representatividade estatística da amostra esteja aquém do que se esperava obter, a taxa de retorno é consentânea a outros trabalhos de pesquisa. E representa um avanço social o fato de ter sido obtida por meio de respostas da população proprietária de armas.

As respostas indicam que se confirma a suposição inicial, testada no projeto, de que a percepção da violência levaria à aquisição de armas de fogo. Os proprietários de armas de fogo avaliam sua cidade e as áreas por onde circulam majoritariamente como mais ou menos violentas. De modo que, embora a área de residência tenha sido avaliada majoritariamente como de baixa ou nenhuma violência, pode-se inferir que a violência (ou sua percepção) na cidade superpõe-se à percepção da baixa violência nas áreas de residência.

Seria essa a explicação para o gradativo e constante aumento de aquisição de armas: cerca de 65% das armas de fogo possuídas pela população respondente foram adquiridas depois de 1986, com uma concentração de 27,3% no intervalo entre 2001 e 2005. Como aludido, possivelmente há nesse último período a interferência do próprio Estatuto do Desarmamento, que tornou mais difícil a aquisição de armas e previa o Referendo que veio a ser realizado em 2005. Havia o temor de que a comercialização de armas de fogo e munição viesse a ser proibida.

Apesar dessa “corrida” ao armamento e de que em alguns estados os proprietários costumem portar a arma (com ou sem porte legal) com alguma frequência, a população procura adestrar-se no manejo da arma e aparentemente a armazena com cuidado, embora haja variações estaduais. Pode-se notar que houve um aumento a filiações aos clubes de tiro em paralelo à busca de armamento. Não se pode deixar de levar em conta que se filiar a um clube de tiro foi uma brecha deixada pelo Estatuto do Desarmamento, pois tornava possível a aquisição de armas.

Bibliografia

- BELLESILES, Michael A. The origins of gun culture in the United States, 1760-1865 In: DIZARD, Jan E.; MUTH, Robert M.; ANDREWS Jr., Stephen P. Guns in America: a Reader. New York/London: New York University Press, 1999. parte I, p.17-46.
- BUENO, Luciano. Controle de armas: Um estudo comparativo de políticas públicas entre Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Austrália e Brasil. São Paulo: IBCCRIM, 2004.
- CHAPMAN, Stephen. Gun Owners Protect Themselves from Crime. In: KIM, Henry H. Guns and Violence. San Diego, EUA: Greenhaven Press, 1999. (Current Controversies). cap. 4, p. 147-9.
- COURTWRIGHT, David T. The Cowboy Subculture. In: DIZARD, Jan E.; MUTH, Robert M.; ANDREWS Jr., Stephen P. Guns in America: a Reader. New York/London: New York University Press, 1999. parte I, p.86-104.
- FAGAN, Jeffrey. Social Contagion of Violence. Trabalho apresentado no Fortunoff Colloquium Series, Center for Research on Crime and Justice, New York University Law School, Nova Iorque, 1999.
- LOTT Jr., John R. Guns can Prevent Violence. In: KIM, Henry H. Guns and Violence. San Diego, EUA: Greenhaven Press, 1999. (Current Controversies). cap. 1, p. 41-3.
- LOTT Jr., John R. Controlling Legal Gun Ownership Does Not Reduce Crime. In: KIM, Henry H. Guns and Violence. San Diego, EUA: Greenhaven Press, 1999. (Current Controversies). cap. 2, p. 74-6.
- MILLER, Matthew; AZRAEL, Deborah; HEMENWAY, David. Rates of firearm ownership and homicide across United States regions and states, 1988-1997. American Journal of Public Health, Washington, v. 12, n. 92, p. 1988-93, Dec. 2002.
- NISBETT Richard E.; COHEN, Dov. Violence and Honor in the Southern United States. In: DIZARD, Jan E.; MUTH, Robert M.; ANDREWS Jr., Stephen P. Guns in America: a Reader. New York/London: New York University Press, 1999. parte III, p.264-74.
- PERES, Maria Fernanda T. Violência por armas de fogo no Brasil - Relatório Nacional. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo (NEV/USP), 2004.
- REISS, Albert J.; ROTH, Jeffrey A. Firearm and Violence. In: _____. Understanding and Preventing Violence. Washington, EUA: National Academy Press, 1993. parte II, p. 255-90.
- THOMPSON, Sarah. Gun Ownership Provides Effective Self-Defense. In: KIM, Henry H. Guns and Violence. San Diego, EUA: Greenhaven Press, 1999. (Current Controversies). cap. 4, p. 133-43.

WASELFISZ, Julio J. Mortes matadas por armas de fogo no Brasil, 1979-2003. Brasília: UNESCO, 2005

WEIL, Douglas S.; HEMENWAY, David. Loaded Guns in the Home: Analysis of a National Random Survey of Gun Owners. In: DIZARD, Jan E.; MUTH, Robert M.;

ANDREWS Jr., Stephen P. Guns in America: a Reader. New York/London: New York University Press, 1999. parte II, p.222-32.

ZONA sul lidera queda nos homicídios, 2/8/2005, jornal Folha de São Paulo, caderno Cidades/Metrópole, C3.

Anexo – Questionário enviado aos proprietários de armas

Questionário aos proprietários de armas

Parte 1 – Informações pessoais

1. Em qual estado você mora?

- Espírito Santo
 Mato Grosso do Sul
 Pernambuco
 Rio de Janeiro
 Rio Grande do Sul
 Rondônia
 São Paulo
 Outro: _____

2. Cidade: _____

3. Sua residência fica na: Zona Rural Zona Urbana

4. Quantas pessoas há em sua residência (incl. você)? _____

5. Idade: _____ anos

 M F

6. Sexo:

7. Cor ou raça:

- Amarela Branca Parda Preta Indígena

8. Renda familiar (s.m. = salário mínimo = R\$ 300)

- Menos de 1 s.m.
 De 1 a 4 s.m.
 De 5 a 10 s.m.
 Mais de 10 s.m.

9. Escolaridade:

	Incompleto	Completo
<input type="radio"/> Sem ensino formal		
<input type="radio"/> 1º grau (Ensino Fundamental)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/> 2º grau (Ensino Médio)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/> 3º grau (Ensino Superior)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<input type="radio"/> Pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. Profissão: _____

Parte 2 – Sua opinião sobre o controle de armas no País

11. Em sua opinião, o Governo deve controlar o porte e/ou a propriedade de armas de fogo?

- Sim, deve ter um rígido controle
 Sim, deve ter algum tipo de controle
 Não, o Governo não deveria interferir neste assunto
 Não sei / não opino

Justifique (opcional): _____

12. Você é a favor da proibição do **porte** de armas?

- Sim Não Não sei / não opino

Justifique (opcional): _____

13. Você é a favor da proibição do **comércio** de armas?

- Sim Não Não sei / não opino

Justifique (opcional): _____

14. E da proibição do comércio de **munição** para os atuais proprietários de armas?

- Sim Não Não sei / não opino

Justifique (opcional): _____

15. Qual a sua opinião sobre a campanha do desarmamento (entrega voluntária das armas)? Ela auxilia no combate à violência?

Parte 3 – Sobre o lugar onde você vive

Como você avalia...	16. sua cidade?	17. a vizinhança de sua residência?	18. a(s) área(s) onde você circula?	19. Você ou algum outro residente da sua casa foi vítima de criminalidade nos últimos 12 meses?
Muito violenta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Sim, assalto ou outro com violência
Mais ou menos violenta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Sim, roubo/furto ou outro sem violência
Pouco violenta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Sim, outro tipo de crime:
Não é violenta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Não

Parte 4 – Sobre a(s) sua(s) arma(s)

20. Quantas armas você possui?

- Uma Sete ou mais armas
 Quatro Nenhuma, pois me desfiz.
 Duas Cinco Por que motivo? (descrever abaixo)
 Três Seis _____

21. Ano (aproximado) em que você comprou sua(s) arma(s):

1ª arma	2ª arma	3ª arma	4ª arma	5ª arma	6ª arma	7ª arma
_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____

22. Qual a origem de sua arma principal:

- Compra em loja Presente/herança
 Compra de outro Outra origem. Qual?
 proprietário _____

23. Como foi seu primeiro contato com uma arma?

24. Com que frequência você leva sua arma ao sair de casa?

- Pelo menos uma vez por semana Todos os dias
 Pelo menos uma vez por mês Não levo
 Pelo menos uma vez por ano

25. Você é membro de alguma associação ou clube de tiro?

- Não (*pule a próxima questão*)
 Sim. Há quanto tempo? _____ anos

26. Por que razão você se associou?

(Assinale uma ou mais opções)

- Tiro ao alvo Treinamento/habilidade
 (*hobby*) (aprender a manejar a arma)
 Tiro competitivo
 Outro motivo: _____

27. Você costuma trocar/comercializar sua(s) arma(s)?

- Não Sim. Com que frequência?

28. Que tipos de arma você possui?

(Assinale uma ou mais opções)

- Revólver Pistola semi-automática
 Cartucheira Espingarda ou carabina
 Rifle Outras: _____

29. Com que frequência você pratica o tiro?

- Pelo menos uma vez por semana Todos os dias
 Pelo menos uma vez por mês Não pratico
 Pelo menos uma vez por ano

Parte 5 - Sobre o uso de sua(s) arma(s)

30. Numere, de acordo com sua ordem de preferência (sendo **1 = mais importante**), as principais finalidades de **you** possuir uma arma:

- _____ Caça
 _____ Coleção
 _____ Segurança pessoal
 _____ Segurança profissional
 _____ Tiro ao alvo (*hobby*), tiro competitivo
 _____ Outra: _____

31. Como você guarda sua arma?

- a) Em local... trancado destrancado
 b) Ela fica... carregada descarregada
 c) Local de... fácil alcance difícil alcance

32. Você já usou sua arma em situação de perigo real?

- Não
 Sim, apenas mostrei que estava armado
 Sim, já disparei a arma
 Poderia descrever a situação? (opcional)
